

O triunfo do Brasil velho

Costumes políticos não se alteram do dia para a noite, nem mesmo sob grande pressão da opinião pública. Fosse fácil essa transformação e o impeachment do presidente Collor de Mello teria mudado a vida política brasileira. O contrário, infelizmente, foi o que se verificou. O relatório do deputado Roberto Magalhães, como dissemos — repetindo até mesmo palavras de pessoas que dele discordavam em pormenores —, foi bom. Lamentavelmente, contudo, a mentalidade predominante no sistema político assentado no abuso (ostensivo ou não) do exercício do poder ainda é predominante. Os incidentes que marcarão o encerramento dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Orçamento apenas vieram comprovar essa triste realidade. Em seu discurso de encerramento, o senador Jarbas Passarinho referiu-se ao trabalho da imprensa, fazendo questão de qualificar o elogio: “A imprensa não inventa, mas aumenta”. Melhor teria dito o senador se houvesse acrescentado: “como os binóculos”, que aumentam aquilo que existe.

Daqui para a frente, haverá binóculos assentados sobre o trabalho passado e o trabalho a desenvolver no futuro; sobretudo, lentes de aumento, colocadas muito próximas para poder descobrir o que sucedeu nos dias que antecederam a elaboração final do relatório do deputado Roberto Magalhães. Afinal, não se explica com meia dúzia de palavras emocionadas o fa-

to de ser necessário incluir uma errata, a fim de dizer que o parágrafo que indicava a cassação de alguém não valia. Erratas desse tipo — “onde se lê ‘fiz’, leia-se ‘não fiz’” — são comuns em teses acadêmicas ou livros impressos a toda pressa; mesmo nelas, porém, a inclusão de um parágrafo inteiro que depois se pede para não ler não se explica. Desgraçadamente para a CPI, isso sucedeu. Infelizmente, no calor da hora, a Mesa da CPI se esqueceu da única providência capaz de esclarecer o episódio: instaurar sindicância — de resultado praticamente imediato — para saber como, no Prodasen, alguém teve a audácia de incluir um parágrafo sugerindo a cassação do deputado José Carlos Aleluia, providência que não constava do original do relator.

Não vai ser tão-só o episódio da errata que vai pesar sobre os méritos evidentes da CPI — que serão tanto maiores quanto mais rapidamente as duas Casas do Congresso Nacional derem seqüência às sugestões dela provenientes. Mais grave é a notícia, que circulava desde sexta-feira à noite, segundo a qual mãos inescrupulosas haviam subtraído da Subcomissão de Bancos envelopes com toda a movimentação bancária do deputado Aleluia, figura importante nos esquemas políticos da Bahia.



Quando chegamos, nas condições em que Brasília vivia nas últimas semanas, ao extremo do furto para esconder possíveis provas documentais, estamos diante não de um ato isolado, mas de uma organização. Ninguém consegue compreender como tenha sido possível a um suspeito realizar, ele próprio, a tarefa; alguém se dispôs a correr os riscos da subtração dos documentos e, se o fez, fez por motivos não apenas pessoais (de vil interesse), mas, tudo leva a crer, “superiores”, de

prestar serviços a esquemas que ainda se mantêm intocados.

Como não “aumentar”, se as coincidências — que são indícios — que se acumulam sobre pequenos fatos são grandes e autorizam, por indução, a suspeitar da existência de outra ou outras circunstâncias? O “aumento” conduz, mesmo que aceitemos por seu valor de face as explicações regimentais a respeito de por que não se convocaram estes ou aqueles para depor, à desagradável conclusão de que o furto dos envelopes com os documentos referentes ao deputado Aleluia — retirando da CPI a possibilidade de uma apreciação isenta da conduta do político baiano — fez parte de um grande acordo nordestino, em que a chamada direita e a chamada esquerda (com certeza ir-

manadas na mesma visão oligárquica do mundo) impediram que o raio da recomendação das cassações atingisse os esquemas políticos do PFL baiano e piauiense (quem sabe também o maranhense?) e do PSB baiano e pernambucano.

Ninguém dirá que esse acordo nordestino retira a importância do trabalho da CPI. Mostra, porém, que — apesar de tudo, malgrado a mobilização generosa da população contra os

A Mesa da CPI deixou de tomar a providência correta: saber como se modificou o relatório final

desmandos administrativos de Collor de Mello e seus amigos, da mobilização contra os “anões” do Orçamento — ainda persiste a velha mentalidade dos que se julgam senhores de barão e cutelo da política, apesar das divergências familiares públicas em torno da divisão do butim estadual. Desse ponto de vista, o Brasil velho e tradicional, mesmo com apoio de lideranças que se dizem modernas, triunfou sobre o Brasil novo que se quer construir.

Enfim, é não desanimar. O simples fato de essas ocorrências poderem ser vistas com óculos de aumento é o sinal claro e indiscutível de que daqui para a frente a sombra não protegerá mais os malfeitores.